



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um *clipping* de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

Brasília, 14 de maio de 2010

Jornal de Jundiaí/SP

Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | Conselho Nacional de Saúde

Ministério Público recebe representação

CIDADE

A Associação em Defesa dos Usuários de Saúde (Adeus) entrou com representação no Ministério Público de Jundiaí contra a formação atual do Conselho Municipal de Saúde (Comus). Segundo a associação, os mandatos de oito conselheiros estão irregulares.

O Ministério Público transformou a representação em inquérito civil público. O próprio Comus marcou reunião para o próximo dia 26 para tentar reverter o problema. Segundo a presidente da Adeus, Ézora Helena Silva Moreira, os conselheiros estão há mais de quatro anos com mandato, contrariando as determinações do Conselho Nacional de Saúde e do Conselho Estadual de Saúde.

"Independentemente de mudarem de segmento, o mandato do conselheiro tem de ser de dois anos, renováveis por mais dois. Depois deste prazo, ele tem que se ausentar durante dois anos do Comus. É o que está previsto no regimento municipal e nas leis estaduais e federais, que não está sendo cumprido", afirma Ézora. Para a associação, o descumprimento desta paridade prejudica o funcionamento do conselho. "Não é legítimo que o conselheiro permaneça ad eternum no cargo. O usuário acaba saindo prejudicado e sem representatividade." Este problema afeta tanto representantes do Executivo como representantes dos usuários.

Esta irregularidade poderá vir a prejudicar os repasses federais à saúde pública de Jundiaí. "Entendemos que todos os atos – inclusive a aprovação de contas da saúde - feitos por estes conselheiros estão irregulares", afirmou Ézora. Um dos conselheiros que foi representado no Ministério Público, Waldemar Mello, afirma que não sabia de sua situação irregular.

"Eu assumi um mandato-tampão por um ano. Depois fui eleito para mais dois anos, mandato que foi renovado por mais dois. Não entendo que há irregularidade, pois não conto o mandato-tampão.

Entretanto, não sou o único irregular. Existem mais outros conselheiros que não deveriam atuar no Comus, pois estão fora deste critério. A lei deve ser para todos." Segundo a Prefeitura, a denúncia foi avaliada pela Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e, com base na lei do Comus e no regimento do mesmo, foram identificados quatro conselheiros em situação irregular. Os mesmos já teriam sido afastados de suas funções. Nova eleição será realizada.

ARIADNE GATTOLINI

*Brasília, 14 de maio de 2010
Jornal Página 20 - Rio Branco/AC
Temas de Interesse | Saúde Pública*

Hospital Getúlio Vargas, em Sapucaia, vai virar Fundação de Saúde

GERAL

Com isso se abrirá concurso público no local, que hoje tem 793 funcionários. Sapucaia do Sul - Para regularizar a situação de quase 50% dos funcionários - hoje contratados por Recibo de Pagamento Autônomo (RPA) - o Hospital Getúlio Vargas deve virar Fundação de Saúde Pública de Direito Privado.

Com isso se abrirá concurso público para todas as funções do hospital que hoje tem 793 funcionários. O município responde ação civil pública no Ministério Público do Trabalho, movida pelo Sindisaúde, que não aceita as contratações por RPA. "Precisamos dar nova vida jurídica ao hospital e resolver um problema histórico, disse o prefeito Vilmar Ballin". O modelo de gestão será do Hospital Municipal de Novo Hamburgo. Ballin deve enviar hoje mesmo o projeto à Câmara de Vereadores. "Vamos melhorar e 80% do atendimento do hospital serão para pacientes do SUS". Além disso, a receita pode aumentar com convênios particulares, que hoje não existem.

Centenário já é fundação em São Leopoldo

Em São Leopoldo, o hospital é juridicamente Fundação Pública de Direito Público, Fundação Hospitalar Centenário, presidida por Marco Antonio Machado, nome indicado pelo Município. "Todos os funcionários são concursados e só fazemos contratações emergenciais quando extremamente necessário".

"Temos o conselho diretor com representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Associação Comercial, Industrial e de Serviços (Acis)." São Camilo de Esteio no mesmo caminho Assim que retornar de Brasília, na próxima semana, o prefeito de Esteio, Gilmar Rinaldi, dará início a uma série de reuniões com funcionários, Conselho Municipal de Saúde, entidades comerciais e a comunidade. "Vou apresentar a proposta de transformação do Hospital São Camilo em Fundação de Saúde Pública de Direito Privado como avanço da cidade". Rinaldi entende que a mudança jurídica permitirá mais controle da sociedade e de gestão. "Hoje as prefeituras precisam manter os hospitais". Como fundação, o gestor, com a participação dos funcionários, vai buscar a ampliação da receita. No Estado, apenas 32 hospitais são públicos. Isso mostra a importância de mudar esse conceito de ter o hospital na administração direta.

Novo Hamburgo adotou projeto este ano

Em Novo Hamburgo, desde 1.º de janeiro de 2010 o Hospital Municipal passou à condição de Fundação de Saúde Pública de Direito Privado. O prefeito Tarcisio Zimmermann (PT) disse que seguiu orientação do Ministério Público, visando melhorias na saúde. "O presidente é indicado pelo prefeito e a prefeitura faz contratos de gestão adequando o repasse de recursos ao cumprimento das metas estabelecidas, diz Zimmermann". Como fundação, não há perda de recursos de um ano para o outro. "Hoje, se sobra recurso, o prefeito não precisa correr e gastar até o final do ano para não devolver ao governo federal". O dinheiro permanece.

*Brasília, 14 de maio de 2010
O Globo - Rio de Janeiro/RJ
Ministério da Saúde | José Gomes Temporão*

IBGE: folha dos municípios cresce 10%, mas atraso na saúde se mantém

O PAÍS

Segundo pesquisa, 40% das cidades não têm unidade de emergência Alessandra Duarte e Rafael Galdo Embora a estrutura administrativa das prefeituras tenha inchado 9,7% de 2008 para 2009 - períodos da crise financeira mundial -, atingindo 5,7 milhões de servidores, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2009 do IBGE revela que as cidades têm muito a avançar em políticas básicas, como saúde, pela primeira vez pesquisada. A pesquisa indica ainda um descompasso entre habitação e meio ambiente: apesar de a área ambiental ter alguns dos melhores índices, o setor habitacional e fundiário - que afeta indicadores ambientais, por ser ligado a ocupação de encostas e poluição de água e solo - não segue esse processo, pois a habitação tem alguns dos piores índices.

O estudo do IBGE mostra, por exemplo, que há mais cidades com delegacia de polícia civil (4.660, ou 83,7% do total) do que unidades de emergência em saúde (3.202 ou 57,3%) sejam públicas ou privadas. Na Paraíba, das 223 cidades, só 68 tinham emergência em 2009. Em todo o país, com população estimada em mais de 160 mil habitantes, o município de Valparaíso de Goiás, cidade-satélite de Brasília, está entre os mais populosos sem unidade de emergência. Segundo o secretário de saúde local, Francisco de Carvalho, a construção de um hospital estadual se arrasta desde 1998: - Tentamos continuar a obra com apoio do Ministério Público, e licitamos uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

A dependência dos sistemas de saúde das cidades vizinhas é mais grave em 93 cidades que não têm um só estabelecimento de saúde nem serviços de agentes comunitários de saúde. A maioria deles em estados ricos: 39 em São Paulo e 14 em Minas. Mas nem tudo são problemas: a Munic revelou que 95,1% dos municípios já possuem equipes de saúde da família.

Mais de 80% das cidades sem plano de habitação

A Munic também mostra que, apesar de o meio ambiente ter alguns dos melhores índices - 84,5% das cidades tem órgão para tratar do setor, e, pela primeira vez, há conselho municipal da área em todas as cidades com mais de 500 mil habitantes -, a política habitacional e fundiária não segue esses bons índices.

Segundo o IBGE, 81,2% das cidades não possuem plano municipal de habitação; no Rio, apenas 23 têm planos na área.

Além disso, só 10,4% das cidades têm legislação municipal, plano ou programa de regularização fundiária - apesar do alto número de famílias interessadas em programas habitacionais (há um cadastro dessas famílias em mais de 80% das cidades).

- A maioria dos municípios depende de repasse federal para habitação, mas o que eles poderiam fazer é fiscalizar e regular a ocupação urbana. E não fazem, já que os índices de regularização fundiária são baixos, porque mexer com o eleitorado dessas comunidades tem custo político alto - diz Iná de Castro, professora da Pós-Graduação em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento da UFRJ.

- Meio ambiente não é só preservação de mata. Quando não há política habitacional, o lixo sem coleta e o esgoto clandestino poluem solo, rios, e haverá ocupação de encostas e áreas ambientais - afirma o presidente do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, Geraldo Tadeu Monteiro.

Igreja ainda não está satisfeita com as mudanças no artigo sobre aborto

O PAÍS

Alterações na parte sobre meios de comunicação, porém, agradam ao setor

Evandro Éboli

BRASÍLIA. Apesar do recuo e dos retalhos feitos pelo presidente Lula no texto, as entidades ainda não estão plenamente satisfeitas com as alterações no Programa Nacional de Direitos Humanos. A Igreja Católica aprovou a exclusão da proibição de ostentação de símbolos religiosos em prédios públicos, mas não se satisfez com a mudança no artigo sobre aborto. Lula vetou o texto que defendia a descriminalização do aborto e também mandou retirar do plano a parte que trata da autonomia das mulheres para decidir sobre seus corpos. A nova versão considera o aborto um problema de saúde pública, com a garantia do acesso aos serviços de saúde.

O secretário-geral da CNBB, dom Dimas Lara, comemorou em parte as mudanças. Ele considerou ótima a manutenção de símbolos da Igreja em locais públicos, mas disse desconfiar das mudanças na parte que trata do aborto.

-O aborto não foi excluído de maneira incisiva. Quando diz que é problema de saúde pública, o que isso quer dizer? Saúde pública é priorizar as maternidades, os serviços de atendimento às gestantes, para que tenham um pré-natal seguro e adequado, e colocar a polícia em cima de clínicas clandestinas de aborto?

Aí, tudo bem. Agora, se for apenas outra forma de justificar o aborto, nada muda - disse dom Dimas Lara.

Críticas ao trecho sobre campo

O presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Daniel Slaviero, elogiou as duas mudanças feitas pelo governo no capítulo referente aos meios de comunicação.

- Vemos como muito positiva a demonstração de diálogo do governo e também a alteração de pontos críticos do texto – disse Daniel Slaviero, por intermédio de sua assessoria.

As críticas mais duras às alterações vieram da presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que classificou as mudanças feitas no capítulo que tratam da violência no campo como "uma maquiagem".

O texto acabou com a audiência coletiva que estava prevista antes de uma decisão judicial sobre reintegração de posse de terras invadidas. Pelo novo texto, a mediação em conflitos agrários será feita pelo Incra, por institutos de terras dos estados e pelo Ministério Público.

- Não muda nada. Saiu a audiência e entrou a mediação. Não tem que ter intermediário em decisão judicial. Não se pode abrir mão do direito de propriedade e do direito à segurança pública - disse Kátia Abreu. Para a senadora, a utilização do sistema de mediação vai obrigar o produtor rural a negociar com aqueles que "criminosamente invadem sua propriedade". - É um desvirtuamento, um novo delírio do governo. Os produtores invadidos não podem negociar o indisponível. O texto reescrito por Paulo Vannuchi (ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos) continua sendo, portanto, um amontoado de sandices - afirmou Kátia Abreu.

*Brasília, 14 de maio de 2010
Correio Braziliense - Brasília/DF
Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | Hemobrás*

Longe do diploma

BRASIL

Diego Abreu e Ivan Nunes

Índice de municípios que não têm sequer uma sala de cinema ainda é muito alto, apesar de hoje haver mais estabelecimentos do gênero Longe do diploma O perfil dos gestores públicos de Saúde, revelado pela Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009 (Munic), aponta que grande parte das pessoas responsáveis pelo setor nos municípios brasileiros nem sequer tem nível superior. Pouco mais de um em cada três não completaram qualquer graduação. Para completar, menos de 10% dos secretários municipais de Saúde diplomados são médicos e 14, 2% são enfermeiros. Em compensação, os programas de saúde da família atendem 95% das cidades, sendo que o Centro-Oeste tem o índice mais alto, de 99,6%. No quesito políticas ligadas aos direitos humano e meio ambiente, no entanto, os números mostram considerável progresso.

Em um ano, os municípios com estrutura ambiental passaram de 77,8% para 84,5%. Ainda, um em cada cinco elabora um plano de Agenda 21, sobretudo nos centros urbanos 60% entre aqueles com mais de 500 mil habitantes. No campo dos direitos humanos, um em cada quatro cidades brasileiras apresenta estrutura específica para a área. Os progressos são visíveis, especialmente na questão da criança e do adolescente, criação de conselhos tutelares. Fica claro também os avanços em relação aos egressos do sistema penal, gays, lésbicas, bissexuais e travestis.

É um campo que ainda deixa a desejar, mas se você considerar que as políticas de direitos humanos são transversais a todas as outras, encontrar municípios menores preocupados com isso é um ganho, afirmou a gerente do Munic, Vânia Pacheco.

Sem prevenção

Moradora do bairro Céu Azul, em Valparaíso, a dona de casa Susana Santos, 33 anos, bate na tecla da falta de opções para atendimento médico no município. A única unidade de saúde da região, segundo ela, força visitas constantes a bairros distantes e até ao Distrito Federal, para atendimento em hospitais. No Céu Azul, não temos saúde de qualidade. É difícil sermos atendidos por aqui. Quando vamos até o posto de saúde mais longe, levamos horas para receber atendimento, apesar de conseguirmos resolver os problemas de saúde por lá, conta.

A ajudante de obra Lindinalva Vieira, 38 anos, diz que a saúde pública do município deixa a desejar, realidade da maioria das cidades brasileiras. A principal reclamação da mãe de quatro filhos é a distância que precisa percorrer quando necessita de assistência médica. Às vezes, só para chegar de transporte público até o posto de saúde levamos mais de uma hora, e ainda pegamos filas grandes, reclama.

A formação deficiente dos gestores municipais reforça os dados negativos da gestão em saúde. Há duas semanas, o Ministério da Saúde divulgou dados da deficiência dos programas preventivos. As consequências são trágicas. Hipertensão e obesidade têm crescido, impulsionando doenças graves, como câncer e a ocorrência de infartos. (DA e II)

*Brasília, 14 de maio de 2010
A Crítica - Manaus - Manaus/AM
Ministério da Saúde | Institucional*

Câmara dos Deputados aprova projeto que garante presença de farmacêutico nas unidades do SUS

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou, no dia 5 de maio, o Projeto de Lei (PL) 3.752/08, resultado do parecer favorável do Deputado João Dado (PDT-SP), que dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de farmacêutico nas unidades de saúde do SUS (Sistema Único de Saúde).

O Projeto foi votado na forma de Substitutivo daquele apresentado pelo Deputado Maurício Trindade (PR-BA) e acrescenta ao artigo 15 da Lei 5.991/73 a obrigatoriedade de serviços públicos de saúde que dispensem ou manipulem medicamentos a oferecerem assistência de farmacêutico. O

Projeto de Lei segue agora para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Se aprovado, vai para o Senado.

O CFF (Conselho Federal de Farmácia) defende que a dispensação de medicamentos, no serviço público e particular, deve ser feito exclusivamente por farmacêuticos por questões sanitárias e em acatamento à legislação. De acordo com o presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, o Ministério da Saúde, assim como estados e municípios não mediram esforços para ampliar a aquisição de medicamentos. "Mas isso, por si só, não responde à demanda da população. Sem os serviços farmacêuticos, o medicamento representa insegurança para o paciente e maior custo para os cofres públicos", argumenta. Já a secretária-geral do CFF, Lérica Vieira, explica que parte da luta da entidade é para que a população possa contar, com um local adequado para dispensação e orientação sobre o uso de medicamentos dentro do Sistema único de Saúde. "É necessário que a população possa contar, com SUS, em todos os municípios brasileiros, de um local adequado e apropriado, onde possam ser dispensados medicamentos com as informações corretas sobre o seu uso", finaliza.

Para o presidente do CRF/MS Ronaldo Abrão é muito importante que os gestores compreendam que contratar farmacêutico e proporcionar a atenção farmacêutica está muito distante de ser um gasto para o setor público. "Ao contrário do que se pensa o farmacêutico não vai gerar custo, mas colaborar com a economia, proporcionando orientações corretas e assim evitando a remarcação de consultas, prescrições de novos medicamentos, resistências bacterianas, internações, reinternações além de diminuir o tempo de internação. Em resumo uma boa orientação muitas vezes é melhor do que o medicamento", explica Abrão.

*Brasília, 14 de maio de 2010
A Gazeta Online - AC - Rio Branco/AC
Ministério da Saúde | Programas | Saúde da Família*

Com aval do CRM, prefeitura veta PL de convênio com faculdades do exterior

GERAL

A Procuradoria Jurídica do Município recomendou ao então prefeito em exercício, vereador Juracy Nogueira (PP), que vetasse o Projeto de Lei (PL) aprovado pelo plenário da Câmara Municipal, que autoriza a prefeitura a firmar convênios com universidades do exterior. De autoria do vereador Astério Moreira (PRB), o PL tem como objetivo facilitar que estudantes acreanos de Medicina possam realizar parte das aulas práticas em centros e postos de saúde da Capital.

A procuradoria teve como base para a recomendação, pedido do próprio CRM (Conselho Regional de Medicina), que considera a matéria ilegal. De acordo com o assessor jurídico do CRM, Miguel Ortiz, o internato rotatório, como se denominam as aulas práticas deve ser realizado somente em hospitais das instituições de ensino e acompanhados de profissional formado. "O município não dispõe nem de médicos suficientes para atender em sua rede, quanto mais para acompanhar o trabalho dos

estudantes", analisa Ortiz. Para ele, o projeto tem apenas interesses políticos-eleitorais. Em sua defesa, Astério Moreira afirma que o projeto é um mecanismo para que estudantes brasileiros possam já conhecer como funciona o SUS (Sistema Único da Saúde) e o PSF (Programa Saúde da Família).

"Muitos médicos formados fora do país encontram dificuldades de adaptação à nossa realidade. Eles não conseguem revalidar o diploma justamente por nas provas ter questões sobre o SUS", diz Moreira. O vereador questiona o fato de os próprios acadêmicos da Ufac (Universidade Federal do Acre) realizarem o internato não em hospitais da instituição, mas da rede pública estadual. O vereador refuta a alegação do CRM de que casos semelhantes não acontecem em outras cidades. Segundo ele, hospitais em outras regiões mantêm convênios com universidades da Bolívia.

"Em momento algum meu projeto tem como objetivo fazer com que estudantes substituam os médicos na rede municipal". O projeto vetado voltará para a Câmara Municipal, onde os parlamentares votarão se mantêm ou derrubam o veto.

*Brasília, 14 de maio de 2010
Jornal da Câmara/BR
Ministério da Saúde | Órgãos Vinculados | SUS*

Debatedores defendem câmaras de conciliação para evitar judicialização da saúde

GERAL

Janary Júnior Profissionais ligados ao tema do direito à saúde apresentaram na última terça-feira uma série de sugestões para desafogar a Justiça brasileira das cerca de 50 mil ações que obrigam a União, os estados e os municípios a fornecer tratamentos, leitos e medicamentos não contemplados pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Entre as propostas está a criação de câmaras de conciliação integrada por representantes do Executivo, do Ministério Público, do Judiciário e da Defensoria Pública, que tentariam resolver as demandas da população pela via administrativa, evitando a corrida ao Judiciário. Eles também sugeriram a criação de câmaras técnicas, formadas por profissionais de saúde, para auxiliar os juízes nas sentenças contra o SUS. As propostas foram apresentadas na audiência pública promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família para discutir a judicialização da saúde no País e a regulamentação da Emenda 29.

Representantes do Judiciário, Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União negaram que haja uma 'epidemia de ações' contra o SUS, mas destacaram que a Justiça vem sendo cada vez mais acionada por causa da dificuldade do Executivo de garantir o acesso integral a tratamentos médicos determinado pela Constituição. Resposta rápida - De acordo com o procurador regional da República Humberto Jacques de Medeiros, a judicialização da saúde não é um tema novo na Justiça, mas só ganhou relevância quando as sentenças saíram da esfera municipal ou estadual e começaram a recair sobre o governo federal.

Para o juiz estadual Ingo Sarlet (RS), o problema mais grave do SUS está na gestão, e não na carência e recursos ou excesso de ações judiciais. A União, destacou, gastou R\$ 90 milhões em 2009 somente com o cumprimento de sentenças, valor pequeno considerando o orçamento para ações de saúde naquele ano, que foi de R\$ 60 bilhões.

Sarlet defendeu a regulamentação das atribuições de cada poder e dos planos de saúde no atendimento à população e afirmou que hoje existem conflitos até mesmo nas atribuições das diferentes esferas do Judiciário, e no entendimento sobre a responsabilidade dos planos na cobertura das despesas pleiteadas pelos usuários que entram com ações contra o SUS. Diálogo - Os deputados ligados à Frente Parlamentar da Saúde defenderam durante os debates o diálogo entre os poderes Executivo e Judiciário, e o Ministério Público. Segundo eles, é preciso achar um ponto de convergência entre os poderes para evitar que o cidadão seja obrigado a procurar a Justiça para garantir o acesso a um tratamento. Para Jofran Frejat (PR-DF), os poderes estão "entrincheirados", com cada um defendendo suas posições. "É preciso harmonia entre os poderes para lidar com esse assunto", disse. Já o deputado Geraldo Resende (PMDB-RS) afirmou que os poderes precisam definir o papel dos planos de saúde, para evitar que todas as demandas sejam resolvidas apenas pelo SUS.

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 14 de maio de 2010.

Secretaria Executiva do CNS

Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde